



# XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:  
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

## XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

### GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

#### RAÍZES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E O CAMINHO PARA UMA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

#### *ROOTS OF THE VOCATIONAL EDUCATION AND TRAINING NO BRASIL E THE WAY TO AN INFORMATION MEDIATION IN THE INTEGRAL HUMAN FORMATION.*

Carlos Robson Souza da Silva – Universidade Estadual de Londrina  
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante – Universidade Estadual de Londrina

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A Educação Profissional e Tecnológica é resultante das contradições do capitalismo vigente. Uma proposta de superação dessa contradição fundamenta-la na formação humana integral dos estudantes. A presente pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivos: a) apresentar os conceitos de Trabalho e Educação e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; b) discutir os avanços do capitalismo e seus impactos na formação de trabalhadores; c) identificar a necessidade de a Educação Profissional e Tecnológica oferecer espaços/agentes mediadores de informação. Apresenta a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e as pedagogias adotadas na formação de profissionais. Conceitua politecnia, discute a possibilidade de uma formação humana integral e insere a informação como uma das dimensões dessa formação, concluindo que esta deve ser discutida sob uma perspectiva crítica, em que a informação seja entendida como a produção discursiva do real, resultante de processos históricos, econômicos e contraditórios.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Formação Humana Integral. Mediação da Informação.

**Abstract:** Vocational Education and Training is the result of the contradictions of the prevailing capitalism. A proposal to overcome this contradiction would be to base it on an integral human formation for students. This bibliographical and documentary research aims to: a) present the concepts of Work and Education and their relationship with Professional and Technological Education in Brazil; b) discuss the advances of capitalism and its impacts on the training of workers; c) identify the need for Professional and Technological Education to offer mediating spaces/agents of information. It presents the history of Vocational Education and Training in Brazil, its relationship with the development of capitalism and the pedagogies adopted in the training of professionals. It conceptualizes polytechnics, discusses the possibility of an integral human formation and inserts information as one of the dimensions of this formation, concluding that it must be discussed from a critical perspective, in which information is understood as the discursive production of reality, resulting from historical, economic and contradictory processes.

**Keywords:** Vocational Education and Training. Integral Human Formation. Information Mediation.

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano, na sua diferenciação das outras espécies e por meio da transformação da natureza ao seu redor, desenvolveu inteligência para aprender e para trabalhar. O aprendizado e o posterior “repasso dos conhecimentos” uns aos outros permitiram que a adaptação ao meio fosse mais efetiva e a perpetuação da espécie realizada com sucesso. O trabalho e seus processos, conteúdos indispensáveis dessa educação primitiva, permitiram a apropriação dos espaços, sua racionalização e a sua transformação, assim como o desenvolvimento de novas culturas e de novas tecnologias.

De acordo com Saviani (2007, p. 154), essa caracterização do trabalho e da educação podem ser consideradas como categorias indissociáveis da constituição do ser humano enquanto tal, consideradas portanto como categorias ontológicas, pois apenas os seres humanos são capazes de aprender e trabalhar, em um movimento que se estabelece no aprender “[...] a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. [Aprender] a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”.

Entretanto o desenvolvimento das sociedades e a conseqüente diferenciação entre os indivíduos proprietários e os não-proprietários vão promover uma ressignificação do trabalhar e do educar e vão redistribuir entre essas classes papéis de trabalho e de acesso à educação, de maneira que efetive a sua separação e a dominação da primeira classe sobre a segunda.

O surgimento do capitalismo vai intensificar tais relações, quando as experiências educativas e de trabalho anteriores serão adaptadas para atender às necessidades da produção e acumulação do capital. A Revolução Industrial requererá dos trabalhadores acesso a conhecimentos básicos, influenciando também o surgimento de uma revolução educacional, que incita a ideia da universalização do ensino. A Revolução Industrial, desta forma, “[...] colocou a máquina no centro do processo produtivo; [enquanto que a Revolução Educacional] erigiu a escola em forma principal e dominante de educação”. (SAVIANI, 2007, p. 159).

Entretanto esse primeiro momento de idealização de uma suposta universalização do ensino básico significava, quando acontecia, apenas o acesso às primeiras letras e esteve associada principalmente à criação de uma nova modalidade educacional, à parte da regular, que seria destinada aos pobres e “desvalidos da sorte”: a Educação Profissional e Tecnológica.

Essa modalidade educacional desenvolveu-se ao longo dos anos, mas sempre se estabelecendo sob uma dualidade histórica e estrutural com a Educação Básica (e regular como um todo) e sendo sujeitada às transformações industriais e do mercado (MOURA, 2007).

A mais recente transformação do mercado insere-se sob um contexto de revolução tecnológica baseada nas novas tecnologias da informação e da comunicação, cuja característica pervasiva dá a capacidade de modificar as relações produtivas e sociais, requerendo novas formas de educar, mas também de alienar os sujeitos da produção de si.

O conceito de informação passa referenciar “[...] tanto os modos de relação dos sujeitos com a realidade, como os artefatos criados nas e pelas relações e práticas sociais.” (MARTINS, 2013, p. 2). A sua apropriação tanto pelo mercado, como pela escola, estruturada ou não pelo mercado, se tornam essenciais na produção de novas visões de mundo e de suas contradições. Surgem então estratégias de mediar a informação, que ora se apresentam enquanto libertadoras, ora como alienadoras, mas que sempre se propõem a mediar a produção de significados sobre a realidade através da promoção da interação com os artefatos e as relações informacionais.

Em decorrência do exposto, o presente trabalho tenta se debruçar sobre essa realidade e se questiona como a informação afeta as relações contemporâneas de trabalho e educação, mais propriamente as circunscritas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil?

Desta forma, com base em uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, o presente texto visa: apresentar os conceitos de Trabalho e Educação; relacionar esses conceitos à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; discutir os avanços do capitalismo e seus impactos na formação de trabalhadores; e identificar a necessidade de que no contexto da Educação Profissional e Tecnológica sejam oferecidos espaços/agentes mediadores de informação que agreguem à proposição de uma formação humana integral e emancipatória.

## **2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Se, de acordo com Saviani (2007), o Trabalho e a Educação são dimensões ontológicas que constituem o ser humano enquanto tal, a Educação Profissional e Tecnológica, por outro lado, é resultante de um processo de expropriação imputado pelas classes hegemônicas sobre as classes subalternas. É nela que se desenvolverá uma proposta educativa de caráter terminal

voltado para a classe trabalhadora e seus filhos que tenha como base o trabalho considerado manual e técnico.

As primeiras expressões de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil surgem ainda no século XIX, quando é promulgado “[...] mais precisamente em 1809 [...] um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criando o Colégio das Fábricas” (MOURA, 2007, p. 5). Nos anos posteriores, outras iniciativas de cunho assistencialistas irão se proliferar pelo país, seguindo o modelo de ofícios e sendo destinados aos “pobres e desvalidos da sorte”, sendo consideradas obras de caridade que ofertavam o ensino primário e instruíam em alguns ofícios, como: “[...] tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, etc.” (MANFREDI, 2002, p. 76).

A ideia geral era separar as classes subalternas do acesso à educação básica formal, que já existia e que dava acesso à formação superior, mas que era destinada principalmente às classes hegemônicas e aos seus filhos. Além disso, ela tinha como objetivo definir que o processo educativo do trabalhador deveria ser pontual e não ao longo da vida, pois, depois de formados, saíam para atuar em suas devidas profissões, sem pouca ou nenhuma perspectiva de ascensão social, e não teriam a oportunidade de dar continuidade aos estudos em outros níveis de escolaridade.

A relação entre educação profissional e as demandas do mercado tornam-se mais explícitas ainda quando as indústrias passam a assumir suas primeiras formas no Brasil e passam a demandar do governo a formação básica da classe trabalhadora para assumir os postos de trabalho por elas disponibilizados. Esse movimento demarca o que Araújo e Rodrigues (2010) definem como a institucionalização da Educação Profissional no Brasil.

De acordo com Araújo e Rodrigues (2010), essa institucionalização se dará no início da década de 1940, e o que marcará esse episódio da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é o seu alinhamento aos interesses e posturas ideológicas do empresariado industrial, que se pautavam principalmente no método taylorista-fordista de produção.

Segundo Cunha (2000<sup>1</sup> *apud* ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 53) o modelo de ensino adotado será o das séries metódicas de ofício ou, como também é conhecida, a pedagogia da educação profissional por excelência. Essa pedagogia seria muito presente nos recentemente

---

<sup>1</sup> CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

criados Serviços Nacionais de Aprendizagem e compreenderia “[...] quatro fases distintas que eram aplicáveis em qualquer situação de aprendizagem do aluno, privilegiando: 1) a individualidade do aluno, 2) o estudo do assunto, 3) a comprovação do conhecimento e 4) a aplicação, generalização ou transferência do conhecimento”.

A proposta tecnicista e pragmática das séries metódicas de ofício evidenciava sua base taylorista/fordista e o modelo de acumulação rígida do capital então vigente, buscando

[...] atender às necessidades de um processo produtivo que se caracterizava pela fragmentação, pela estabilidade e pela transparência das tecnologias [em que] bastava uma educação profissional especializada, parcial, com foco na ocupação e voltada para o rigoroso cumprimento de procedimentos a serem repetidos por meio de processos pedagógicos que privilegiavam a memorização (KUENZER, 2007, p. 1157).

Com o avanço do capitalismo e suas transformações internas, porém, novas formas de se apropriar da força de trabalho e de moldar a Educação Profissional e Tecnológica foram sendo aplicadas, principalmente com o surgimento do modelo de produção toyotista e de suas relações com uma proposta de acumulação flexível do capital, cujo discurso sobre a educação “[...] aponta para a necessidade de formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica” (KUENZER, 2007, p. 1159).

A proposta superaria uma educação profissional voltada para a especialização e identificaria a necessidade de os trabalhadores possuírem diversas competências, aumentando os caminhos de “qualificação” e seus níveis de “empregabilidade”. De acordo com Araújo e Rodrigues (2010) esse discurso começou a fazer parte das discussões sobre a Educação Profissional no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, com a introdução da noção de competências como requisito da formação humana.

Identificada como de caráter racionalista, individualista e pragmatista, a Pedagogia das Competências, como será reconhecido esse modelo pedagógico, tenderá a propor uma educação profissional voltada à aquisição de múltiplas competências através da fragmentação da formação (o trabalhador preferirá aprender por meio de uma maior quantidade de cursos, com menor tempo de duração), permitindo-o que “[...] transite ao longo de sua trajetória laboral, por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, não [havendo] razão para investir em formação profissional especializada” (KUENZER, 2007, p. 1159).

Nesse sentido, o capitalismo passa então a se apropriar não somente da força de trabalho física dos trabalhadores, mas também de sua capacidade intelectual, pois, segundo Antunes (2005<sup>2</sup> *apud* KUENZER, 2007, p. 1170) a então “[...] nova fase do capital retransfere o saber fazer para o trabalho, apropriando-se de sua dimensão intelectual, procurando envolver mais intensamente a subjetividade operária”.

Dentre os principais efeitos da Pedagogia das Competências sobre a Educação Profissional destaca-se a expansão dos chamados cursos básicos de formação inicial e continuada (principalmente livres) e a consolidação dos cursos superiores de tecnologia, que tem como principal característica possuir uma carga-horária reduzida em relação aos tradicionais bacharelados e licenciaturas. Outro efeito pode ser percebido no fato de que tanto os cursos técnicos de nível médio quanto os cursos superiores de tecnologia passarão a ter a opção de serem organizados curricularmente por módulos, permitindo ao estudante optar por saídas intermediárias de qualificação profissional ao invés de concluir sua formação.

A virada do milênio trará novos fôlegos para a discussão sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil com a retomada de uma proposta que esteve presente nas disputas do texto da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que pretendia superar o modelo de educação voltado apenas a sanar as necessidades do mercado.

Por outro lado, mais recentemente, com a intensificação da influência das novas tecnologias da informação e da comunicação, já percebida com o toyotismo e a acumulação flexível, mas mais avançada com o mercado de dados e sua influência nas relações de trabalho, serão geradas novas contradições dentro do capitalismo, assim como novas influências sobre a formação de trabalhadores, apontando para a continuidade da manutenção da divisão de classes e para a precarização do acesso à educação integral e ao trabalho decente.

### **3 UMA NOVA VIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O EMBATE COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

Se no fim da década de 90, a separação entre Educação Profissional e Tecnológica e a educação regular, principalmente a educação básica, parecia a opção mais acertada para o projeto neoliberal, uma reação começaria a ser ensaiada no início do novo milênio, quando o

---

<sup>2</sup> ANTUNES, R. Trabalho e superfluidade. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 35-44.

Decreto nº 5.154 de 2004 se torna responsável por “[...] trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção [...]” (MOURA, 2007, p. 19).

O que Moura (2007) estava trazendo ao tratar da possibilidade de uma Educação Profissional e Tecnológica cujos princípios fossem baseadas na educação politécnica era relembrar dos embates envolvidos na criação da nova LDB e da proposta educativa do grupopositor aos interesses do mercado.

Essa proposta era pautada na ideia de uma educação politécnica que remonta aos trabalhos de Karl Marx. De acordo com Marx (2008, sem paginação), era necessário que a educação e o trabalho produtivo fossem unidos de uma forma que superasse o trabalho infantil e que integrasse a educação intelectual, a educação física e a instrução tecnológica, transmitindo “[...] os princípios gerais de todos os processos de produção, e simultaneamente, [iniciando] a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios”.

Em Marx, portanto, é possível perceber a defesa de uma formação humana integral e ao mesmo tempo omnilateral, ou seja, que inclui todas as dimensões da vida no processo educativo. Tal proposta chamada de Educação Politécnica ou Educação Tecnológica diz “[...] respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p. 2003).

Essa educação politécnica estaria atrelada ao Ensino Básico, principalmente à etapa final, o Ensino Médio, e não requereria uma qualificação ou habilitação profissional específica, uma vez que os alunos poderiam escolher sua profissão ao entrarem no Ensino Superior.

Entretanto, considerando que “[...] a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a auto-sustentação (sic), muito antes dos 18 anos de idade” (MOURA, 2007, p. 19), a proposta da politecnia não pôde ser totalmente acatada nas definições do Decreto nº 5.154 de 2004.

Por outro lado, seus princípios foram essenciais na construção de uma nova identidade para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil que tivesse como objetivo superar os interesses puramente capitalistas na formação de trabalhadores e que tivesse como principal

expressão a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio (apesar de que aplicáveis também aos outros dois níveis que compreendem a modalidade: a Qualificação Profissional e a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação).

Dentre os princípios a serem destacados na busca por uma educação integral, politécnica e omnilateral estão: a) a formação humana integral; b) o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis da formação humana; c) o trabalho como princípio educativo; d) a pesquisa como princípio educativo; e e) a relação parte-totalidade na proposta curricular (BRASIL, 2007).

Esses princípios tentam superar a dualidade da educação (educação regular x educação profissional), estabelecer uma ideia de que a educação deve prover o desenvolvimento humano integral em todas as áreas da vida, de maneira crítica, reflexiva e contextualizada e resgatar a ideia original apontada por Saviani (2007) do caráter ontológico do Trabalho e da Educação.

Dentre os frutos desses avanços está a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), do Programa Brasil Profissionalizado, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, conseqüentemente, dos Institutos Federais.

Entretanto se a primeira década dos anos 2000 trouxe para a Educação Profissional e Tecnológica novos ares e novas possibilidades, a segunda década será marcada pelas disputas políticas e o avanço das experiências capitalistas, principalmente aquelas registradas em empresas ligadas à produção, comunicação e uso das novas tecnologias da informação, da comunicação e da manipulação de dados. As dinâmicas próprias dessas empresas causarão efeitos drásticos nas relações de trabalho, assim como afetarão também as dinâmicas do processo educativo.

Pode-se destacar, sob essa perspectiva, pelo menos três categorias que podem estar/estão afetando a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil na última década: a uberização do trabalho e a adoção dos cursos de qualificação como uma das principais possibilidades de formação profissional.

O uberismo é fruto do avanço do projeto neoliberal iniciado no fim dos anos 80 e tem como principal característica a precarização do trabalho, formando “[...] multidões de trabalhadores *just-in-time*, subordinados de forma mais ou menos visível, mais ou menos

localizável, a algumas poucas empresas, gerenciados por novos meios técnico-políticos” (ABÍLIO, 2021, p. 57).

Por não terem relação direta com os empregadores (que se tornam “invisíveis”) e guiados pela ideologia do empreendedorismo, os trabalhadores são levados a acreditarem que se tornaram patrões de si mesmo. A alienação do trabalho se torna tão excessiva que o trabalhador não se considera mais trabalhador e, portanto, passa adotar uma visão de mundo parcial ao invés de totalizante.

O discurso do uberismo reflete também nas práticas educativas. Os novos “empreendedores”, a maioria deles jovens periféricos, que precisam constantemente aprender a se autogerir financeiramente e a lidar com as plataformas digitais que medeiam – controlam – a sua produção. Para isso, eles fazem uso principalmente de cursos de capacitação (ABÍLIO, 2021).

Os cursos de capacitação ou cursos livres especiais são considerados cursos de Educação Profissional e Tecnológica de nível de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional, o nível mais baixo e mais flexível da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. De acordo com Gomes e Oliveira (2020, p. 7), “o Censo ead.br 2016 contabilizou 561.667 alunos em cursos regulares totalmente a distância, 217.175 em cursos regulamentados semipresenciais, 1.675.131 em cursos livres não corporativos e 1.280.914 em cursos livres corporativos”.

Os cursos FIC, principalmente os cursos livres, apesar de buscarem “qualificar” os trabalhadores para o mercado de trabalho, possuem carga horária muito reduzida e não podem habilitar o estudante em uma profissão reconhecida. Por outro lado, os cursos FIC regulamentados (que habilitam em uma profissão) se tornaram política pública de formação na Educação Profissional e Tecnológica, principalmente através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) e da Base Nacional Comum Curricular, que preveem uma formação profissional que pode ser pautada apenas em cursos de qualificação.

Essa acentuação na formação profissional de nível básico ressurgiu em um período de renovação do capitalismo, principalmente com o surgimento de uma nova modalidade de exploração e precarização da força produtiva (o uberismo) e a criação de uma nova camada no proletariado: o precariado, uma “[...] camada média do proletariado urbano precarizado,

constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social” (ALVES, 2013).

Nesse sentido, é necessário retornar às reflexões sobre a Educação Profissional e Tecnológica sob um viés politécnico, repensando e intensificando a luta por uma educação integral, omnilateral e emancipadora. Essa educação, porém, deve refletir criticamente como se desenvolveu o capitalismo nas últimas décadas, principalmente com o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, e como esse contexto foi essencial para que a definição atual das relações entre trabalho e educação e a formação de trabalhadores.

#### **4 INFORMAÇÃO CATEGORIA INDISSOCIÁVEL NA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL EMANCIPATÓRIA**

O uberismo e o crescente mercado de cursos livres são consequências diretas do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação ainda no final do século XX. Isso porque, com essas novas tecnologias, o capitalismo passou a se adaptar às transformações sociais, culturais e técnicas, criando novas práticas de acumulação do capital, assim como de precarização e apropriação das forças de trabalho, agora não só mais no nível técnico e mecânico, mas englobando a incorporação de “[...] conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição, com base em um avanço gigantesco em alcance e escopo da esfera de circulação” (CASTELLS, 2012, p. 141).

Compreender o processo de mediação da informação por meio dessas novas tecnologias passou a ser essencial para se compreender os avanços e as transformações tanto de ordem tecnológica e científica, como de ordem cultural, seja em relação às práticas sociais cotidianas, seja em referência às relações de trabalho.

As relações de trabalho, como visto acima, se tornaram cada vez mais precarizadas e controladas por meio das novas tecnologias da informação. Os trabalhadores passam a ter menos direitos assistidos, menos condições decentes de trabalho e a serem responsabilizados pelas sucessivas crises do capital, sendo induzidos a “mudarem”

quantas vezes forem necessárias [para lidar com as crises], o que faz com que as contradições sociais sejam gerenciadas como desequilíbrios individuais. Essa forma de controle recorrerá à mediação social, estando a comunicação e a informação dentre as mais eficazes na medida em que permitem formas de controle que substituem as coerções explícitas, mas que atingem profundamente a dimensão existencial (MARTINS, 2018).

Essa responsabilização pela crise por meio do incentivo à mudança interna dos indivíduos, também destacada nas seções anteriores, os envolve em uma busca incessante por capacitações breves que os dão a promessa do sucesso profissional, da competitividade e empregabilidade, tornando a Educação Profissional e Tecnológica instrumento de manutenção da ordem contraditória, uma vez que as contradições não culminam “[...] em conflitos que questionem a totalidade da ordem social”. (MARTINS, 2018).

É necessário, porém, superar essa realidade e retornar a proposta de Educação e de Educação Profissional e Tecnológica propriamente dita na perspectiva de emancipação dos sujeitos, da sua formação integral. Se o capitalismo avançou de modo a não apenas se apropriar, mas também a monitorar a vida e a manipular os discursos dos trabalhadores por meio das tecnologias da informação e da comunicação, a Educação Profissional e Tecnológica pautada na politecnicidade deve envidar esforços na busca de uma posição pedagógica integral, emancipatória e crítica.

Essa perspectiva já pode ser sentida na Resolução CNE/CP n. 1 de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. De acordo com a resolução, a modalidade deve perpassar todos os níveis da educação regular e as “[...] dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento [...]” (BRASIL, 2021).

Sob essa perspectiva, deve-se destacar que a formação profissional deve estar alinhada à estrutura sócio-ocupacional do trabalho e não apenas às necessidades do mercado, e ela deve perpassar todas as dimensões da vida, como o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

A dimensão trabalho deve ser entendida como matricial e vista sob duas perspectivas, complementares e não excludentes: uma ontológica e outra econômica. A dimensão ontológica do trabalho é entendida como a “[...] mediação de primeira ordem ao processo de produção da existência e objetivação da vida [sendo] o ponto de partida para a produção de conhecimentos [ciência e tecnologia] e de cultura pelos grupos sociais” (BRASIL, 2007, p. 43).

Portanto, o trabalho, a autorrealização humana e a primeira mediação do ser humano com a natureza, deve ser tido como princípio educativo. Não no sentido de um aprender a fazer, mas no sentido de produção material da vida, pois é ao mesmo tempo um processo de

manutenção da sobrevivência (dimensão econômica do trabalho), de conhecer e produzir conhecimento na relação com o mundo (que constituiria a dimensão da vida chamada ciência), de mediar entre o saber científico e a produção (criando assim a dimensão da vida chamada tecnologia) e da produção de sentidos e significados e, portanto, de expressões coletivas de comportamento (definindo a dimensão da vida chamada de cultura).

Se a Educação Profissional e Tecnológica se constituir sob uma proposta de educação politécnica e omnilateral, ela então se propõe a formar não apenas cidadãos, trabalhadores ou estudantes, mas humanos de uma forma integral, que compreendem os aspectos materiais da produção e como esses aspectos podem ser percebidos em todas as áreas de sua vida.

Entretanto, considerando o fato de que na estrutura capitalista atual, a informação é utilizada como ferramenta de controle social e de precarização das relações de trabalho, a Educação Profissional e Tecnológica pautada na politecnicidade e na omnilateralidade, deve considerar integrar uma perspectiva crítica sobre a informação em seu currículo.

A informação, enquanto parte do currículo da Educação Profissional e Tecnológica fundamentada na politecnicidade e na omnilateralidade, deve se apresentar como “[...] uma produção discursiva estabelecida a partir de sistemas de relações específicas, que inscrita em dada contiguidade histórico-cultural, [estando] atrelada à instituição de sentidos sociais e de representações acerca do mundo” (MARTINS, 2009, p. 9). Ela passaria a ser vista sob o olhar do trabalho como princípio educativo, como ferramenta emancipatória de nomeação do real na perspectiva dos próprios trabalhadores, pois enquanto o trabalho trata da produção material da vida, a informação trataria da produção discursiva do real.

Os estudantes passariam a ter a possibilidade de entender que a informação, a forma como se nomeia o real, não é dada, não é natural, mas é resultante de relações históricas e que quase sempre é produzida sob o controle das classes hegemônicas, seus interesses, seus gostos, suas dinâmicas de apropriação.

A Educação Profissional e Tecnológica deve fornecer, portanto, situações para que a produção da informação seja discutida e vivenciada, buscando uma formação crítica em relação a seus processos de produção, de disseminação, de valorização e de apropriação. Essas situações podem ser desenvolvidas por meio de processos de mediação da informação, processos esses entendidos como

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou

indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

A ideia seria que, ao interferir no processo de apropriação da informação, a Educação Profissional e Tecnológica deve propiciar uma mediação da informação como “promotora da construção do espaço crítico a partir do qual o processo de problematização, capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência [...]” (GOMES, 2020, p. 11).

Sendo assim, agiria de forma conjunta aos estudantes na compreensão dos caminhos para responder a suas necessidades de informação em todas as áreas de sua vida, sob uma perspectiva crítica, emancipatória e dialógica. Nesse tocante, é preciso compreender a Educação Profissional e Tecnológica inserida em conjunturas sociais e principalmente de estruturas que visam a precarização do trabalho, e que não veem a educação como potencializadora dos sujeitos, que somente são reconhecidos como mão de obra ao mercado. A mediação da informação em tal cenário deve visar romper com tal estrutura.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O capitalismo avança e se reinventa a cada nova revolução tecnológica, apropriando-se das forças produtivas e alienando os trabalhadores do valor da riqueza que produzem. Esse processo de expropriação, porém, é disfarçado com atitudes como o incentivo a políticas públicas de acesso à educação, que têm como real propósito a formação de mão-de-obra especializada (ou flexível) para atender às demandas do mercado.

A Educação Profissional e Tecnológica é, nesse sentido, resultado das contradições do próprio capitalismo, quando, por um lado, é meio de investimento em educação, mas, por outro lado, essa educação ofertada tem como objetivos trazer um currículo mínimo possível para manter a ordem contraditória, para o controle social, para a individualização dos sujeitos e a criação de sentimentos de competitividade entre trabalhadores.

Os mais recentes esforços em repensar essa Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva anti-hegemônica, porém, aponta para uma possibilidade de formação humana integral, em que os estudantes teriam a oportunidade de possuírem uma formação plural, articulada com a educação regular, que prezasse todos os aspectos de sua vida e que

o oferecesse o sentimento da necessidade libertação e de emancipação coletiva ante uma sociedade opressora e desigual.

Considera-se aqui que, tendo em vista que se vivencia um capitalismo moldado pela ideia da informação como instrumento de controle e de manipulação da classe trabalhadora, que a Educação Profissional e Tecnológica passe a refletir sobre a própria informação sob uma perspectiva crítica, mediando o aprendizado dos estudantes de forma a auxiliá-los no processo de compreensão da informação como a produção discursiva do real, que não é neutra, mas resultante de processos históricos, econômicos e contraditórios. A Mediação da Informação na Educação Profissional e Tecnológica deve culminar na formação integral de humanos que entendem que podem produzir e usar informação para sua libertação e emancipação.

Encerra-se apontando para a possibilidade de continuidade dessa discussão em futuras pesquisas, que podem tratar do papel de ambientes informacionais por excelência, como as bibliotecas, e seus profissionais, principalmente os bibliotecários, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, como possíveis agentes essenciais para a promoção de uma formação humana integral, mediando o processo de apropriação da informação, seja de maneira implícita, por meio do tratamento das fontes de informação, por exemplo, seja de maneira explícita, por meio de ações interventivas no processo educativo.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização, autogerenciamento e o governo de viração. **Margem esquerda**, n. 36, p. 55-69, 2021.

ALVES, Giovanni. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital**, parte I. São Paulo, 14 maio, 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/download/218/201>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: documento base. Brasília, DF: SETEC, MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. 2021. Disponível em: [encurtador.com.br/kzI08](http://encurtador.com.br/kzI08). Acesso em: 24 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação e Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047/32516>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GOMES, Hellen Bastos; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. Precariado: conceito em ebulição. **Textos & Contextos**, v. 19, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2020. Disponível em:

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v. 18, n. 100 Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação informacional: uma perspectiva a partir do campo social da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2349>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: perspectivas dialéticas. *In*: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 4., 2018. **Anais [...]** Villeneuve D'Ascq: Universidade de Lille, 2018. p. 63-73. Disponível em: [https://mussi2018.sciencesconf.org/data/35\\_BR.pdf](https://mussi2018.sciencesconf.org/data/35_BR.pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório:** As Diferentes Questões. Lisboa: Editorial Avante. 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.